

O Serviço Social Aplicado ao Programa Fome Zero de São José, SC

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

Em setembro de 2003 o Comitê Operativo do Programa Fome Zero – COPO - da Cidade de São José busca a assessoria do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP/DSS/UFSC, especialmente no que se refere à metodologia de mobilização social e definição de critérios de inclusão para o mapeamento da fome no Município. Metodologicamente, este Projeto assessoria o Programa Fome Zero no município de São José, no seu processo de mobilização comunitária para identificação da população alvo do Programa; formula e ou valida indicadores sociais, capazes de criar critérios de superação dos processos seletivos que reproduzem a exclusão social das famílias empobrecidas com direito às ações do Programa Fome Zero; assessoria a elaboração do instrumental de coleta de dados (formulário) a ser utilizado na identificação do mapa da fome no Município com o compromisso político-pedagógico da investigação participante. A possibilidade da realização do mapa da fome de forma censitária e não amostral re-significou o compromisso social do Programa, na medida em que a realidade da miséria e da fome saltam aos olhos de maneira desvelada, não camuflada por dados estatísticos que excluem os sujeitos sociais das políticas públicas, tornando-os anônimos, substituídos por porcentagens.

Autora

Simone Matos Machado, assistente social, mestre em Sociologia Política/, membro da coordenação executiva do Núcleo de estudos em serviço social e organização popular – NESSOP/UFSC, coordenadora pedagógica do Centro de estudos e assessoria a projetos de cunho popular e solidário – RAÍZES.

Instituição

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Palavras-chave: Fome Zero; participação popular; mapa da fome

Introdução e objetivo

Exclusão social é uma categoria que se faz presente tanto no cotidiano acadêmico, quanto na realidade da maioria da população brasileira, desafiando constantemente as políticas públicas direcionadas a suprir as necessidades básicas desta população, como aponta a Constituição Federal. O agravamento da exclusão social impulsionada pelas mudanças no mundo do trabalho, reforma do Estado e o aprofundamento de conflitos sociais, expressão das relações entre Estado e Sociedade Civil são questões de fundo neste presente Projeto, voltado à uma intervenção teórico metodológica neste processo.

As desigualdades que vivemos no Brasil, em particular na Grande Florianópolis, passam por distintos aspectos: o primeiro é sem dúvida o da pobreza material como fonte da exclusão. Mas, outras categorias tais como: área metropolitana, gênero, cor, religião, escolaridade, qualidade de vida e outros, se agregam num círculo vicioso. Este cenário de desigualdade habita cotidianamente as organizações sociais representativas destas populações, desafiando-as a buscarem cada vez mais, elementos aprofundados de análise destes indicadores, subsidiando suas ações numa direção mais propositiva frente às políticas públicas locais.

A universalização dos direitos, a descentralização político administrativa e a gestão democrática que contempla a participação popular, apresentam-se como princípios orientadores das políticas públicas, principalmente a partir dos embates travados ao longo do processo de elaboração e posterior promulgação da Constituição Federal de 1988. Em termos locais a referência passa a ser o município, onde o cotidiano se insere num conjunto de múltiplas relações.

São diversas as formas de organização da sociedade civil que centram, nos cenários locais, urbanos e rurais, suas pesquisas, projetos de extensão e ações em busca de melhoria das condições de vida. Em parcerias com Universidades, ONG's, estes setores buscam construir saberes e práticas que os subsidie numa política de ação dos movimentos sócio econômicos de alcance local/regional, para o fortalecimentos de suas representações junto aos Conselhos Municipais paritários (Assistência Social, Saúde, Trabalho e Emprego, Educação, Criança e Adolescente, entre outros) e para a formulação e controle social das políticas públicas.

“O mapa da fome no Brasil indica um total de 44 milhões de brasileiros e brasileiras ameaçados. A região Nordeste se destaca. Representando 18% do território nacional, com uma população de cerca de 45 milhões de pessoas (28,5% da população total do Brasil), 42% da população vivem abaixo da linha da pobreza (renda mensal inferior ao equivalente a 60 dólares). 71% do total das propriedades rurais têm menos de 10 hectares e ocupam menos de 5% da área total da região, enquanto 44% da área total estão ocupados por propriedades com mais de 500 hectares, que representam apenas 1% do número total de propriedades. 50% dos pobres do Brasil vivem na região do Nordeste”.(Cartilha da Mobilização Social do Programa Fome Zero).

Diante deste quadro nacional o Programa Fome Zero se insere enquanto um conjunto de ações que será aplicado pelo governo federal, com o objetivo de compor uma Política Nacional de Segurança Alimentar com o combate à fome no país, de forma participativa, sendo que para tanto, foi criando o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA.

No Programa Fome Zero articulam-se três conjuntos de políticas, tendo como foco a segurança alimentar: Políticas Estruturais (voltadas às causas profundas da pobreza: geração de emprego e renda, previdência, reforma agrária); Políticas Específicas (voltadas para atender diretamente as famílias carentes no que se refere ao acesso ao alimento) e as Políticas Locais(ações implementadas por prefeituras e pela sociedade civil organizada em cada município (apoio à agricultura familiar, banco de alimentos, feiras do produtor, restaurantes populares).

O Município de São José, Santa Catarina, segundo pesquisa do Instituto CEPA, possui 173.559 habitantes, 35.981 pessoas pobres (20% da população). (Correio de Santa Catarina, setembro de 2003).

O trabalho do Programa Zero em São José iniciou-se no dia três de maio de 2003, na Igreja São Miguel, no Loteamento Dona Adélia, aonde compareceram treze entidades: Ação Social São Francisco de Assis, Jardim Pinheiros, Associação dos Moradores de Campinas, Associação Comunitária moradores do Goiabal, Associação de Moradores Amigos da Serraria, Associação de Moradores Cruz e Souza Dona Adélia, Associação de Moradores de Picadas do Sul, Associação de Moradores do Bairro Ipiranga, Associação de Moradores Vila Santa Rita, Centro Comunitário de Forquilha, Orionópolis, São José Operário Jardim Silveke. Esta comissão organizou o I Fórum de Segurança Alimentar do Município, no dia dois de agosto de 2003, na Escola Técnica Federal onde foi apresentado e aprovado o ante projeto de criação do CONSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional).

No dia dois de agosto de 2003 é criado o Conselho Operativo do Programa Fome Zero, (COPO) de São José registrado junto ao Ministério de Desenvolvimento Social sob o número 1630.

O levantamento preliminar do COPO/São José aponta um total de 2700 famílias em situação de exclusão sócio econômica, residentes em nove áreas ou comunidades do Município: Bairro São Luiz – antigo morro do Avaí, Zanelato, José Nitro (Boa Vista), Bairro Ipiranga (Pedregal), Parque Esperança (Jardim Solimar), Vila Formosa, Horto Florestal, Morro do Arante (Forquilhas) e Bairro Santo Saraiva.

O Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP enquanto espaço acadêmico de estudos e práticas pedagógicas de assessoria aos sujeitos sociais identificados com os setores sócio popular comunitários, aperfeiçoa, através da prática extensionista, métodos de trabalho social identificados com a construção de vínculos participativos e democráticos dos sujeitos envolvidos, que têm sido referência em programas de políticas públicas, especialmente na região da Grande Florianópolis.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000) conceitua extensão universitária da seguinte forma: “A extensão é um processo educativo, cultural, e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”.

Considerando assim, a inter-relação entre pesquisa, ensino e extensão, é preciso também, lançar um olhar sobre o que a Constituição Federal Brasileira (cap. III, artigo 207) explicita a respeito: “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

A Universidade Pública, enquanto espaço público, deve estar à disposição da sociedade e contribuir para a produção e a socialização do saber, assim como para a formação profissional. O Estatuto e o Regimento Geral da UFSC (1997) no capítulo I (seção V) fala que “além das atividades de ensino e pesquisa que, indiretamente levam a Universidade ao meio, promover-se-á a extensão direta dessas funções...”

Particularmente, falando do município de São José, o NESSOP/UFSC inicia no ano de 2001, uma ação de assessoria ao Movimento Sócio Comunitário local na criação do Fórum da Cidade de São José, instância municipal de base popular-comunitária que articula esforços para implementação da lei federal 10.253/01 – Estatuto da Cidade.

Em setembro de 2003 o Comitê Operativo do Programa Fome Zero da Cidade de São José busca a assessoria do NESSOP, especialmente no que se refere à metodologia de mobilização social e definição de critérios de inclusão para o mapeamento da fome no Município.

Para dar viabilidade a esta solicitação o NESSOP elaborou o presente Projeto de Extensão. Realizar uma ação de extensão universitária junto ao Programa Fome Zero do município de São José justifica-se por atender uma demanda concreta dos setores organizados da sociedade civil de São José, comprometidos com a transformação das condições desiguais de qualidade de vida da população empobrecida do Município; pelo desvelar da banalização das desigualdades, da discriminação e segregação social que podem levar a uma efetiva apartação social, buscando critérios e indicadores que transformem os conceitos operacionais das políticas públicas, que, ao adotarem procedimentos de “triagem e seleção” acabam reproduzindo através destas práticas, processos de exclusão social; pelo compromisso ético político da Universidade com os setores excluídos e subalternizados da sociedade, subsidiando o agir comprometido com as mudanças sociais e contribuindo na compreensão e construção de respostas mais substanciadas das políticas públicas às questões sociais que as demandam; pela proposta metodológica de construção participativa das políticas públicas, transformando a ação extensionista, num processo pedagógico de formação de sujeitos sociais

capazes de qualificar sua participação propositiva nas diversas esferas da vida social; pelo pioneirismo da proposta junto ao Departamento de Serviço Social da UFSC, que marcará sua inserção no Programa Fome Zero, enquanto política pública a nível federal.

O presente Projeto objetiva assessorar metodologicamente o Programa Fome Zero no município de São José, especialmente o seu processo de mobilização comunitária para identificação da população alvo do Programa; formular e ou validar indicadores sociais, capazes de criar critérios de superação dos processos seletivos que reproduzem a exclusão social das famílias empobrecidas com direito às ações do Programa Fome Zero; assessorar a elaboração do instrumental de coleta de dados (formulário) a ser utilizado na identificação do mapa da fome no Município com o compromisso político-pedagógico da investigação participante.

Metodologia

O presente projeto será desenvolvido através de uma ação de mobilização sócio comunitária das áreas de exclusão social para implementação de um método que busca identificar as famílias em situação de risco social, selecionadas a partir de indicadores sócio econômicos discutidos e definidos previamente. Será criada uma equipe inter institucional para viabilizar suas ações, sendo que caberá ao Serviço Social da UFSC a orientação metodológica das ações do Programa. Salientamos a seguir os momentos desta ação de assessoria.

1º momento: Contato com a realidade do Município, especialmente com suas áreas de exclusão social.

2º momento: Identificação das organizações representativas destas áreas de exclusão social, a partir de dados das instituições públicas, universidades e pesquisa in loco.

3º momento: Reuniões com os representantes sócio comunitários para discussão dos indicadores que serão considerados no processo de identificação das famílias a serem atendidas pelo Programa. Neste momento será imprescindível a compatibilidade dos critérios comunitários e técnicos.

4º momento: Elaboração/validação do formulário de triagem a ser aplicado às famílias com perfil para participar das ações do Programa, considerando os indicadores anteriormente definidos pela equipe do Projeto juntamente com os representantes sócio comunitários.

5º momento: Composição da equipe de pesquisadores de campo que irá coletar os dados sócio econômicos das famílias residentes nas áreas de exclusão social definidas pelo Programa.

6º momento: Treinamento da equipe de pesquisadores e planejamento participativo com as comunidades incluídas no Programa dos dias de coleta de dados.

7º momento: Construção de material informativo para divulgação do Programa no Município através de recursos visuais e meios de comunicação populares.

8º momento: Coleta de dados das famílias residentes nas áreas de risco social do Município (aplicação do formulário)

9º momento: Digitação dos dados dos formulários e identificação dos grupos de interesse para implementação de programas e ações de combate à fome e à miséria .

10º momento: Reuniões comunitárias de planejamento participativo das ações a serem implementadas para superação do problema fome na região a partir dos dados do relatório dos dados cadastrais das famílias pesquisadas.

11º momento: Elaboração de um plano de ações para as áreas de exclusão social mapeadas.

12º momento: Elaboração do relatório final do Projeto.

Resultados e discussão

O Programa Fome Zero vem se estruturando no município de São José a partir dos segmentos organizados da sociedade civil, constituindo-se um coletivo de 20 participantes, responsáveis pelas ações do Programa. A inserção da Universidade Federal de Santa Catarina, ao discutir métodos e critérios de democratização e inclusão social, vem qualificando as informações que orientam o Programa, validando indicadores e construindo um processo de conhecimento compartilhado (academia e comunidade). A possibilidade da realização do mapa da fome de forma censitária e não amostral re-significou o compromisso social do Programa, na medida em que a realidade da miséria e da fome saltam aos olhos de maneira desvelada, não camuflada por dados estatísticos que excluem os sujeitos sociais das políticas públicas, na medida em que os torna anônimos, substituídos por porcentagens. Conhecer quantos e quais são as famílias e pessoas em situação de risco social, sub-habitando as periferias urbanas, em condições de vida precárias, é o que permite ao Programa Fome Zero realizar a verdadeira inclusão social. Assim sendo, das 529 famílias mapeadas no Município de São José ressaltamos alguns dados, resultados das pesquisas já realizadas.

Dados das comunidades Parque Esperança e Jardim Solimar, município de São José, Santa Catarina

Procedência das famílias - Tabela 1

Interior do Estado	São José	Florianópolis	Outros Estados
56%	9%	9%	26%

* Universo da pesquisa: 529 famílias

Renda per capita mensal - Tabela 2

Até 50 reais	De 50 a 90 reais	De 90 a 150 reais	De 150 a 300 reais	De 300 a 500 reais	Mais de 500 reais
21%	24%	24%	21%	9%	1%

* Universo da pesquisa: 529 famílias

Principais problemas da comunidade – Tabela 3

Falta de água
Falta de área de lazer
Falta de creche
Uso e tráfico de drogas
Falta de tratamento de esgoto
Violência e falta de segurança pública
Falta de posto de saúde
Crianças na rua
Ratos

Composição dos moradores por faixa etária – Tabela 4

Até 6 anos	De 6 a 13 anos	De 13 a 18 anos	De 18 a 25 anos	De 25 a 35 anos	De 35 a 50 anos	De 50 a 65 anos	Mais de 65 anos
------------	----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

20%	17%	1%	15%	16%	4%	6%	1%
-----	-----	----	-----	-----	----	----	----

* Universo da pesquisa: 2149 moradores

Escolaridade – Tabela 5

Analfabeto	Até a 4ª série	De 5ª a 8ª série	1º ao 3º anos – ensino médio	Crianças até 6 anos
5%	34%	32%	9%	20%

* Universo da pesquisa: 2149 moradores

Principais formas de ocupação/trabalho dos moradores – Tabela 6

Catadores de papel	Pintores, pedreiros serventes	Serviços gerais Faxina e domésticas	Vigilância e zeladoria	Donas de casa	Vendedores comerciantes
4%	11%	12%	3%	4%	3%

Observação: Os percentuais referem-se ao universo de 1080 moradores entre 18 e 65 anos de idade

Vínculo empregatício/carteira de trabalho assinada – Tabela 7

Sim	331 moradores
Não	715 moradores
Não respondeu	34 moradores

Observação: Os valores referem-se ao universo de 1080 moradores entre 18 e 65 anos de idade

A realidade revelada através da coleta de dados subsidiou a construção e o aprimoramento da proposta metodológica do Programa Fome Zero em São José, que se solidifica a partir dos seguintes pressupostos:

- As ações emergenciais-assistencialistas só têm sentido quando vinculadas às ações emancipatórias, especialmente àquelas ligadas à geração de trabalho e renda.
- Os empreendimentos produtivos oriundos das ações do Programa no Município terão o apoio em forma de cesta básica inicialmente durante os seis primeiros meses de organização, podendo este prazo ser prorrogado de acordo com a necessidade.
- Promover a inclusão social através da organização produtiva comunitária, tendo o trabalho humano como elemento propulsor da cidadania.
- Criação de empreendimentos produtivos coletivos populares/comunitários de bens e/ou serviços, estabelecidos através de uma lógica solidária, onde o elemento humano seja o princípio, meio e fim do processo.
- Promover a auto-organização produtiva comunitária, conhecendo os nichos de mercado/consumo de bens e serviços local/regional, compatibilizando-os com o seu potencial humano produtivo.
- Qualificar o trabalho humano através do estabelecimento de relações de produção coletivas emancipatórias, não exploratórias, onde o cidadão, criador da força de trabalho,

também seu proprietário, obtenha a sua renda pelo trabalho efetivamente produzido.(cooperativismo).

Para tanto, definiram-se os seguintes momentos metodológicos:

- Identificação do potencial humano-produtivo local através de pesquisa censitária (ocupação atual, conhecimentos acumulados, ocupação desejada, potencial cultural etc.)
- Identificação do potencial de consumo de bens e serviços local/regional, respeitando as características geográficas e culturais da Comunidade/Município.
- Criação do Conselho Gestor Econômico Local, chamando os grupos organizados e organizações locais, tendo a pesquisa (potencial humano e de mercado) como fio condutor do processo, coordenador e organizador a nível local/comunitário.
- Organização dos grupos de interesse, chamando todos os moradores de acordo com o censo realizado, com vistas à criação dos empreendimentos produtivos.
- Elaboração dos programas de ação para a comunidade: necessidade de qualificação ocupacional/produtiva com vistas aos empreendimentos, financiamentos, convênios, apoios institucionais (auxílios para os envolvidos nos empreendimentos, que durante o momento da estruturação da atividade, não terão ganho o suficiente ou o esperado, por exemplo: auxílio alimentação, creches, etc..).
- Execução dos projetos/programas

Conclusões

No âmbito das ações do Programa Fome Zero a atuação do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, como projeto de extensão universitária, tem influenciado em diversos aspectos. No âmbito da pesquisa participante, tem envolvido a população local, especialmente os representantes comunitários, desde a definição das variáveis até a aplicação do formulário de coleta de dados. Também os moradores participam da análise dos dados, através de assembleias comunitárias, discutindo a realidade apresentada e propondo estratégias de transformação da mesma. A tomada de consciência de que os critérios de inclusão social associam-se a um conhecimento mais apurado da realidade das famílias e moradores das áreas de exclusão social, vem fazendo da Universidade Federal de Santa Catarina uma parceira imprescindível nas ações do Programado Município. No âmbito da gestão do grupo coordenador do Programa, as reflexões realizadas durante os encontros semanais, ressaltando aspectos da gestão democrática das informações, da tomada de decisões, da inclusão da população, das estratégias pedagógicas participativas, vêm fortalecendo a relação e a interação entre os membros, aprimorando a relação destes com suas comunidades. Os dados obtidos pelo mapeamento da fome do Município em corroborar análises feitas em âmbito nacional, apontando mais de 45% de famílias com renda até 90 reais per capita mensal, limite da linha de pobreza, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU.

A necessidade de desenvolvimento de métodos de análise e de ação com maior inserção junto ao setor popular, buscando contribuir para a autoorganização comunitária, apresenta-se como desafio para a Universidade Pública. O curso de Serviço Social tem envolvido acadêmicos nesta experiência, e tem aberto espaços de participação continuada nos trabalhos de mapeamento da fome e acompanhamento dos empreendimentos produtivos que vêm brotando destas ações, referendando assim os objetivos da Universidade Pública que é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Hugo. **Crítica à lógica da exclusão** – ensaios sobre economia e teologia. São Paulo, Paulus, 1994.

CARTACHO, Ana Maria Baima. **Estratégias de sobrevivência** : a previdência e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

CORREIO DE SANTA CATARINA. São José, 5 A 11 setembro de 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Política de Segurança Alimentar para o Brasil: Programa Fome Zero**. Brasília, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Exclusão social no Brasil**: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. In: Cadernos do CEAS n.152, jul/ago.1994.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

NUCLEO de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. São Paulo, PUCSP, 1997, n.2.

SINGER, Paulo I. Um mapa da exclusão social no Brasil. In: **Globalização e exclusão**. São Paulo: Imaginário, 199?, p.75-113.

SPOSATI, Aldaísa. **Vida Urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.